

## Coletivo Feminista 4D

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2021

Às Exmas. Senhoras Senadoras:

Daniella Ribeiro (PP)  
Eliziane Gama (Cidadania)  
Katia Abreu (PP)  
Leila Barros (PSB)  
Mailza Gomes (PP)  
Mara Gabrilli (PSDB)  
Maria do Carmo Alves (DEM)  
Nilda Godim (MDB)  
Rose de Freitas (MDB)  
Simone Tebet (MDB)  
Soraya Thronicke (PSL)  
Zenaide Maia (PROS)

Prezadas Senhoras Senadoras,

A instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pelo Senado Federal para investigar responsabilidades do governo Jair Bolsonaro na condução desastrosa e letal do enfrentamento da epidemia de Covid-19 no Brasil merece nosso aplauso.

Manifestamos, no entanto, nossa perplexidade por esta Comissão negligenciar por completo a perspectiva da diversidade, ao não contemplar a presença de senadoras entre seus membros e abandonando critérios de paridade que hoje orientam a representação política em nosso país. É constrangedor constatar que o padrão patriarcal do exercício de poder que caracteriza o Brasil assim se reproduz, e pode colocar em segundo plano, mais uma vez, a leitura dos efeitos deletérios desta pandemia sobre a saúde das mulheres.

Através desta carta, expressamos nossa preocupação com o direcionamento a ser adotado por esta Comissão em seus trabalhos, reivindicando que ele incorpore a perspectiva de gênero, tanto na produção de dados e coleta de evidências quanto em sua análise, pois a epidemia e sua gestão funesta impactam distintamente mulheres e homens, categorias diferenciadas internamente por outros marcadores de desigualdade como raça e etnia, classe social, orientação sexual e identidade de gênero.

Neste sentido, e com o intuito de contribuir para os trabalhos desta Comissão, alertamos para a confluência de uma pauta regressiva que condena o uso e relevância do conceito de gênero e nega os direitos sexuais e reprodutivos, e as iniciativas irresponsáveis de órgãos do poder executivo federal que têm dificultado sistematicamente, desde 2019, o acesso das mulheres e meninas brasileiras a serviços de saúde sexual e reprodutiva - inclusive a serviços de abortamento legal. Isso se repete, justamente, no contexto da COVID-19, quando tais serviços se fazem mais prementes e necessários.

O governo brasileiro, através do Ministério da Saúde, desconsiderou deliberadamente as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), suspendeu a Nota Técnica produzida pela equipe da Coordenação de Saúde das Mulheres, além de demitir a equipe responsável por sua elaboração. A Nota nada mais fazia do que assegurar a manutenção desses serviços durante a pandemia.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> <https://sxpolitics.org/ptbr/sociedade-civil-se-repudia-contr-o-ataque-aos-direitos-sexuais-ereprodutivos/10759>

## Coletivo Feminista 4D

Essas medidas mereceram o repúdio de integrantes de Comitês de Mortalidade Materna de diferentes estados da federação <sup>2</sup>. O caráter deletério dessas medidas pode ser verificado pela acentuada progressão do número de mortes maternas provocadas pela COVID-19. As estatísticas revelam que a média dessas mortes, em 2021, é mais do que o dobro dos registros de 2020, com mortes atribuídas sobretudo à falta de assistência adequada. A Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras <sup>3</sup> assinala que oito de cada 10 mortes maternas relatadas no mundo ocorreram no Brasil. As causas estão diretamente relacionadas à desorganização no atendimento pré-natal e à falta de insumos terapêuticos e leitos.

É também notório que as regras de quarentena e isolamento social, embora não tendo sido rigorosas, acarretaram o crescimento da violência doméstica e sexual durante a pandemia, com aumento do número de mulheres agredidas e mortas, assim como dos casos de estupro e consequente aumento de gestações de meninas púberes e adolescentes. A despeito de um contexto de risco e perigo crescente, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos só executou 6% da verba aprovada (R\$ 24,6 milhões) <sup>4</sup> para ações de combate à violência de gênero, agravando o quadro de desproteção de mulheres e crianças brutalizadas e que deixaram de ser assistidas.

Em paralelo, em vez de facilitar o acesso à educação sexual, à contracepção, à contracepção de emergência, aos serviços de abortamento legal, o governo novamente atuou na direção contrária. A precarização dos serviços de saúde sexual e reprodutiva, que não foram considerados essenciais durante a pandemia em função de uma política antigênero e familista que nega o direito à autonomia reprodutiva das mulheres, contribuiu para a multiplicação do número de gravidezes indesejadas, com seu consequente custo emocional, social e risco de saúde em meio a uma crise sanitária de proporções antes desconhecidas.

Confiantes de que vossas senhorias se sensibilizarão com os fatos aqui expressos, colocamo-nos à disposição para o diálogo, de modo que as investigações que a CPI em breve iniciará considerem como prioritárias as ações e inações de responsabilidade do governo federal que se abateram sobre a vida e o bem-estar das mulheres brasileiras.

Subscrevemo-nos, cordialmente,

Angela Freitas, comunicadora social

Antonia Pellegrino, cineasta

Bila Sorj, socióloga

Carla Rodrigues, filósofa

Debora Thomé, cientista política

Elizabeth Lobo, psicóloga

Helena Celestino, jornalista

Hildete Pereira de Melo, economista

Jacqueline Pitanguy, socióloga

Leila Barsted, advogada

Lena Lavinias, economista

Sandra Macedo, artista plástica

Sonia Corrêa, socióloga

---

<sup>2</sup> <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdAU6dnTZBt6tpcFrxA5D71ePbVWZ6MnfALIPsCUWJGTCHYA/viewform>

<sup>3</sup> <http://estudamelania.blogspot.com/2021/04/rede-feminista-de-ginecologistas-e.html>

<sup>4</sup> <https://oglobo.globo.com/sociedade/damara-gastou-44-da-verba-do-ministerio-dosdireitos-humanos-em-2020-1-24770270>